

A fala ao povo

Em sua fala de ontem à Nação, o presidente Fernando Henrique Cardoso começou por inovar, de maneira extraordinária, os costumes da República. Não é freqüente, e nem há muitos precedentes, de que o chefe do Governo se dê ao trabalho de explicar à Nação as suas atitudes em relação a leis que chegam às suas mãos para sancionar. Trata-se de um procedimento incomum, e por isso mesmo digno de elogios. Os milhões de brasileiros que nem lêem jornais e revistas e nem têm tempo para se postarem diante dos noticiários da televisão tiveram uma oportunidade invulgar de saber, pelas palavras do próprio presidente da República, por que ele está vetando tal lei e por que deixa de vetar outras, aprovadas pelo Poder Legislativo.

Sem transferir a responsabilidade do veto nem para o Poder Legislativo, que aprovou as medidas citadas, nem para o Poder Judiciário, que as havia condenado anteriormente, o presidente Fernando Henrique Cardoso assumiu, com galhardia, a responsabilidade tanto da sanção quanto do veto. E explicou, com palavras claras e sinceras, por que agia dessa ou daquela maneira em relação aos diversos projetos que transitaram por suas mãos.

Fica bem claro que, num regime democrático representativo, há ponderáveis parcelas do poder político que são do Legislativo, do Judiciário e, outras, do Executivo. Como não vivemos, felizmente, numa ditadura, a parceria dos poderes — independentes e harmônicos, segundo a Constituição — é a regra geral da convivência entre os poderes da República. Isto explica por que o presidente da República muitas vezes tem de sancionar — ou até de vetar — proposições que não estejam de acordo com as suas próprias convicções pessoais, mas que devem ser aprovadas ou vetadas por motivos além de suas preferências pessoais.

É o caso do salário mínimo, por exemplo. Oriundo do PT, o projeto aprovado pelo Congresso cujo mandato expirou a 31 de janeiro é uma atitude simplesmente demagógica, inteiramente fora da realidade do

País, apesar de justa nos seus aspectos éticos e morais. Sancionar esse projeto, tal como aprovado, seria um cômodo gesto de demagogia, capaz de atrair numerosas simpatias populares para o presidente da República, mas inteiramente danosas e prejudiciais ao sistema previdenciário brasileiro. Se esse sistema não é dos mais corretos é outro problema a ser devidamente corrigido pelo Congresso no seu devido tempo.

Agiu bem o presidente da República de ir à televisão a fim de explicar ao povo brasileiro o seu posicionamento diante das reformas constitucionais que se impõem e, também, das questões da atualidade que tanto preocupam a opinião pública, tais como a anistia ao senador Humberto Lucena e demais congressistas que utilizaram a Gráfica do Senado, a questão do aumento do salário mínimo, o reajuste dos vencimentos e vantagens do próprio presidente da República, dos ministros de Estado bem como dos senadores e dos deputados federais.

A Nação aprecia a franqueza da autoridade máxima na condução do Governo quando vem a público para explicar seus pontos de vista e defender a atitude do Governo. Ao contrário do que imaginam os mais pessimistas, o homem comum, que trabalha, cumpre as suas obrigações e paga seus impostos, tem uma satisfação íntima quando vê o chefe de Estado vir a público externar seu ponto de vista mesmo que com ele não concorde. É uma questão de respeito ao cidadão, que tem extraordinária importância numa época em que tanto se valoriza a participação do indivíduo e das entidades de classe na discussão dos grandes acontecimentos nacionais.

Pode o presidente Fernando Henrique Cardoso estar consciente de que o País fica agradecido por sua fala e espera que, em outras ocasiões de indagações e de questionamentos, a palavra do chefe do Governo se faça ouvir em todos os quadrantes da União, de modo a esclarecer dúvidas e a ganhar apoio para uma administração que se deseja transparente e sintonizada com os grandes anseios nacionais.